

DEUS RECONCILIA E LIBERTA

Extraído de uma conferência do teólogo
Jürgen Moltmann, apresentada à Fede-
ração Mundial de Igrejas Reformadas.

Como se testemunha a reconciliação de Deus com o mundo através da cruz? Como podemos corresponder-lhe de maneira convincente, por palavra e ação? Desejo mostrar que a cruz de Cristo não é apenas objeto do testemunho cristão, mas que também determina as estruturas deste mundo.

Reconciliação: Mel ou Sal?

A palavra de reconciliação tornou-se barata e ineficaz porque não ousamos falar com clareza também a respeito do juízo inerente à cruz. Não nos esqueçamos de que a palavra da reconciliação, para Paulo, é a palavra da cruz, e esta cruz para uns é poder de Deus, para muitos outros, porém, loucura e escândalo (I Cor. 1.18). Reconciliação, portanto, nada tem em comum com neutralidade indiferente. O próprio Senhor Jesus pregou o evangelho do reino de Deus já próximo aos pobres, e não aos ricos. Era amigo dos pecadores e marginais e não dos fariseus. Sua missão se destinava aos homens todos justamente por tomar partido em favor dos fracos, discriminados e desesperados. Justamente colocando sua mão sob os desprezados, no ponto mais profundo, Jesus desejava

abrançar o todo da sociedade humana. Já no Antigo Testamento, apesar da aliança especial com o povo de Israel, encontramos a profunda revelação de que Deus é um Deus dos miseráveis, refúgio dos oprimidos, baluarte dos fracos, protetor dos abandonados, salvador dos desesperados. Portanto, lá está Deus presente, e age da seguinte forma: "Derubou dos seus tronos os poderosos e exaltou os humildes. Encheu de bens os famintos e despediu vazios os ricos" (Lc 1.52-53). Justamente para que, no final, toda carne em conjunto veja a glória do Senhor. Deus nivela os montes e aterra os vales.

Levando em conta, hoje em dia este partidarismo de Deus e do evangelho, tornaremos a compreender também o caráter revolucionário da Bíblia. Só para pobres a mensagem é boa nova; para ricos e autosuficientes ela é crítica. A mensagem da reconciliação não é o mel religioso da boa sociedade, mas o sal da terra. E o sal arde nas feridas da terra, mas evita a deterioração. Devemos recuperar essa agressividade do Evangelho, se queremos espalhar neste mundo caótico a liberdade do Crucificado. Ai de nós se não pregarmos o evangelho, mas a lei!

Por isso é que "rogamos em nome de Cristo" diz Paulo. O Crucificado, por nós, roga a humanidade para reconciliar-se com Deus. Quem roga não detém grande poder. Suas mãos abertas são estendidas em direção aos que convida. Não oprime e não obriga a ninguém. Seu rogar proporciona toda liberdade aos convidados e lhes deixa tempo. Sua perseverança em rogar sempre de novo lhes descerra um futuro livre e reconciliante. Os senhores ordenam, os juízes julgam, os chefes de partido proclamam manifestos. Deus, porém, pelo Cristo na cruz, nos faz rogar. Por isso é o Deus libertador em meio ao mundo de escravidão e rebelião.

Comunhão dos desiguais

A reconciliação é vivida na comunhão cristã. Este é o segundo ponto. Como, porém, se manifesta a cruz na vida dos reconciliados? Sociedades humanas, por natureza, baseiam-se na igualdade de seus sócios. Igual com igual se junta já dizia Aristóteles; a mesma classe, a mesma raça, a mesma nação, as mesmas poses, as mesmas opiniões e a mesma moral são elementos que ligam. Pessoas que são iguais a nós confirmam nosso ser-assim. Pessoas que são diferentes, podem pôr-nos em cheque. Por isso, por natureza, amamos os amigos e desprezamos os estranhos. A lei determinante da comunhão cristã, contudo, não é aquela homogeneidade, mas o reconhecimento dos outros em sua heterogeneidade, em seu ser-diferente.

Este reconhecimento, em amor, é que liga os desiguais. Num mundo dilace-

rado, a comunhão cristã revela a reconciliação dos inimigos com Deus justamente quando é constituída de judeus e pagãos, gregos e bárbaros, senhores e escravos, homens e mulheres (cf. Gl 3. 28). Os muros e as cercas de seus "ghettos" reservados que os homens defendem uns contra os outros para manterem sua autonomia, pelos cristãos são transpostos e desfeitos, porque em espírito de reconciliação o próprio Crucificado aparta os inimigos e proclama uma nova comunhão de vida (Ef. 2. 14ss). As velhas inimizades, e também as velhas amizades, se desfazem em face da nova criação em Cristo. Onde isto acontece, a Igreja realmente é o corpo da reconciliação de Cristo.

Mas nossas Igrejas e Comunidades não são tais. Sempre de novo vem à tona aquele princípio social, natural mas tão desumano, segundo o qual somente os iguais se reúnem na Igreja e os outros ficam de fora. Igrejas nacionais e raciais, igrejas de classes e de nível médio etc., em sua vida prática são heréticas e pagãs. Por elas não é propagada a reconciliação, mas o desprezo. Só no momento quando se formar uma comunhão cristã de pessoas heterogêneas abrangendo eruditos e analfabetos, negros e brancos, distintos e humildes, ela se tornará em testemunho da esperança, esperança no mundo reconciliado de Deus. Ela será acusada de traição contra "o patrimônio mais sagrado" das determinadas sociedades e classes; ela será uma comunidade sob a cruz, mas nós esperamos por uma tal comunhão, porque só ela faz jus à esperança.

RESOLUÇÃO SÔBRE DIREITOS HUMANOS

Na sessão plenária da tarde de 23 de julho de 1970, a Quinta Assembléa da Federação Mundial Luterana, reunida em Evian, França, em julho de 1970, reviu e adotou a seguinte Declaração sôbre Direitos Humanos.

Estamos na Quinta Assembléa da Federação Mundial Luterana. Reunimo-nos como família mundial de cristãos de confissão luterana; no entanto, não estamos tranquilos. Preocupamo-nos muito com todos os males que ameaçam e transtornam a humanidade, mas estamos divididos em relação ao caminho correto a seguir para os enfrentar.

Enfrentamos um dilema: ou declarações importantes são feitas em termos tão gerais que passam a ser consideradas exercícios de retórica piedosa, ou então muitos casos ou situações específicas de violação dos direitos humanos terão que ser examinadas individualmente, na base de pesquisa documental cuidadosa, para a qual raramente dispomos de tempo ou de recursos técnicos.

Um fato é claro: nenhum de nós tem o direito de se afastar de seu próximo, atribuindo a culpa exclusivamente ao outro. As mãos da opressão em qualquer país recebem apoio de muitas fontes, e assim a culpa deve ser compartilhada, virtualmente, por todos nós.

A Quinta Assembléa, ao enfrentar estas dificuldades, não pode, no entanto, permanecer silenciosa. Como representantes das Igrejas luteranas, ainda precisamos acreditar que a consciência dos cristãos pode ser despertada para a ação adequada e construtiva.

Desafiada pelo tema "Enviados ao Mundo", a preparação da Assembléa, em grande parte, relacionou-o simbolicamente com as nações subdesenvolvidas.

A seção da Assembléa que estudou o tema "Participação Responsável na Sociedade de Hoje", e especialmente a parte que se relaciona com Direitos Huma-

nos e Justiça Econômica não pode negar o fato de que existem dramáticas e evidentes violações dos direitos humanos. Nossa preocupação é muito ampla e atinge uma crise quase universal, simbolizada pela crescente violação dos direitos humanos. O interesse desta Assembléa converge para a destituição dos direitos humanos dados por Deus, onde quer que ela ocorra, em qualquer época e ou por qualquer razão.

A Quinta Assembléa da Federação Mundial Luterana está profundamente consciente da ausência de justiça humana, que devora milhões de pessoas e as faz virtualmente incapazes de se defenderem. Reconhece a manifestação dessa agressão nos atos violentos aos direitos sócio-políticos. Além do mais, deplora que haja atentados aos direitos humanos através de operações menos violentas dos sistemas sociais e econômicos injustos, em alguns casos, pela exploração de ricos proprietários de terras, e em outros, pelas manipulações de desenvolvimentos industriais essenciais, frequentemente controlados por pessoas que residem em outros países. É evidente que as vítimas de tais atividades ficam mergulhadas na fome, miséria e desespero. Uma vez que o custo do envolvimento pessoal nesses esforços é alto, uma vez que existe grande disparidade entre a sensibilidade sôbre êsse assunto no âmbito de assembléa mundial e no de congregações locais, a Quinta Assembléa afirma que os delegados desta reunião farão o máximo ao seu alcance para criar, pessoalmente, em suas respectivas igrejas, o sentido da desesperada urgência de ação corretiva nas áreas de justiça social, direitos humanos e paz mundial.

Diante destas circunstâncias e visando a obediência ao Senhor e Salvador Jesus Cristo, tal como ele é conhecido através das Escrituras, fica resolvido pela Assembleia que:

1. Os delegados declaram que é apropriado e necessário que as Igrejas cristãs examinem as condições em sua respectiva situação nacional e ajudem a preparar seus membros para ações corretivas, em nível individual e coletivo, através da instrumentalidade e canais religiosos e seculares disponíveis.

2. As Igrejas-membros e congregações reconhecidas devem relatar ao Secretário Geral, as ações tomadas e planos imediatos relativos ao problema. Esses relatórios deverão, se possível, incluir os seguintes aspectos:

a) Compreensão da Igreja acêrca de sua responsabilidade social e política dentro da sua situação específica;

b) Medidas estudadas para realizações concretas;

c) Sugestões para ajuda vinda de igrejas-irmãs.

3. As Igrejas devem providenciar, urgentemente, meios, caminhos e incentivos para que seus membros estudem a Declaração Universal dos Direitos do Homem, assim como a aplicabilidade dessa declaração às circunstâncias internas de cada país.

4. Atenção especial deve ser dada aos artigos da Declaração que estão mais evidentemente sendo violados na atualidade: a saber, o Artigo 2, sobre Vida, Liberdade e Segurança; Artigo 6, sobre Tortura e Castigo; Artigo 9, sobre Prisão e Exílio; Artigo 10, sobre Direito a

um Julgamento Justo; Artigo 18, sobre Liberdade de Pensamento, Consciência e Religião; Artigo 19, sobre a Livre Expressão de Pensamento e Crítica; e, Artigo 26, sobre Educação.

5. As Igrejas devem dedicar urgente e especial atenção à conveniência de se ampliar esta declaração, ou através de interpretação ou de alterações, a fim de enfatizarem o direito de grupos e ordens sociais, em acréscimo às liberdades asseguradas ao indivíduo.

6. As agências apropriadas da Federação Mundial Luterana devem sentir a urgência de corresponder cada vez mais às necessidades daqueles que estão presos e de suas famílias, e de outras pessoas que estão sendo perseguidas por motivo de consciência assim como aqueles que precisam de assistência humanitária ou social, como consequência de sua luta pela liberdade. Essa assistência deve incluir bolsas, serviços sociais e de desenvolvimento em áreas libertadas de governos coloniais, ajuda legal, representação e cooperação com organização que são especialistas nesse tipo de atividades.

7. O Comitê Executivo deve receber instruções no sentido de levar a Federação Mundial Luterana a estudos mais intensivos em nível internacional, sobre esses problemas, preferivelmente em cooperação com o Conselho Mundial de Igrejas, outros órgãos mundiais confessionais e agências seculares especializadas, submetendo periodicamente fatos importantes às Igrejas-membros.

Federação Mundial Luterana
Quinta Assembleia,
Documento n.º 39/R